



Estado não pode perder Foco na Competitividade



Manuel Reis Campos
Presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

Desde que surgiu, a pandemia ocupou, com uma escala sem quaisquer precedentes, o centro das preocupações das sociedades e dos governos, à escala mundial e mesmo em setores, como a Construção e Imobiliário que, salvo pontuais exceções nunca viu suspensa a sua atividade, foram profundamente afetados por uma crise que, tendo na sua origem uma questão de saúde pública, rapidamente se tornou num problema económico sem paralelo.

Neste contexto, o Governo anunciou que, em breve, será alargado o Estado de Contingência a todo o País, considerando que este é um instrumento essencial para assegurar as melhores condições para o regresso da maioria dos portugueses aos seus locais de trabalho e de estudo, já que, reconhecidamente, o País não tem condições suportar um novo período de confinamento generalizado.

Porém, o próprio Estado não tem dado os melhores exemplos no que diz respeito à tentativa de assegurar condições para a retoma da atividade e um exemplo paradigmático é o que se passa ao nível da relação dos cidadãos e, em particular, dos investidores e das empresas do Setor com grande parte da máquina estatal, incluindo-se aqui muitas Autarquias, que continua a ser marcada por sérios constrangimentos.

Num momento em que a celeridade e a segurança dos procedimentos administrativos é essencial, aos crónicos problemas e excesso de burocracia associados a domínios como o licenciamento, juntam-se atualmente situações que são inexplicáveis. Refiro-me a questões como a impossibilidade de marcação de reuniões presenciais, desde logo, com a Autoridade Tributária, que são essenciais

em muitas circunstâncias, dada a complexidade das matérias envolvidas. Mas também à demora na obtenção de licenças de construção, que impede o início das obras e, por consequência a retoma do mercado da construção e do imobiliário ou, por vezes, a mera ausência na resposta a dúvidas colocadas por parte de proprietários e investidores junto dos diversos serviços do Estado.

Este é um problema transversal à maior parte das Autarquias Locais e também à generalidade dos organismos públicos que importa corrigir com urgência. As empresas precisam de apoio e celeridade na obtenção dos pareceres, autorizações ou licenças por parte dos Municípios, de modo a prosseguirem com a sua atividade e a concretizar as operações urbanísticas, tão necessárias para sustentar o desemprego e alavancar a economia nacional.

Quando o investimento é apontado pela Europa como o caminho prioritário para combatermos a crise económica que se está a instalar, com países como a Grécia a anunciar agressivos planos e incentivos para captar investidores, sobretudo, em domínios como o imobiliário, o Estado Português não pode fechar a porta a quem, neste momento, revela interesse em investir ou está a desenvolver projetos essenciais para a nossa economia.

As empresas já têm de lidar com todos os constrangimentos operacionais impostos pela necessidade de mitigar os riscos de contágio, a que se soma uma desaceleração da atividade económica a uma escala nunca vista. A inoperância do Estado não pode ser mais um fator de degradação da competitividade do nosso País. Como referimos logo no início da pandemia, confina-se o vírus, mas não se confine a economia nem o investimento.